



Elementos de Administração 5

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Elementos de Administração

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração 5 [recurso eletrônico] / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-178-7

DOI 10.22533/at.ed.787191303

1. Administração. 2. Gestão socioambiental. I. Silva, Clayton
Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este sexto volume, composto por dez capítulos, contempla trabalhos com foco no ensino em administração e está dividido em três partes.

A primeira parte deste volume agrega três capítulos que desenvolvem pesquisas desenvolvidas com discentes de administração, proporcionando a reflexão acerca de diferentes pontos e percepções dos estudantes dessa área, tais como: motivação, planejamento de carreira e avaliação do ensino superior. A segunda parte deste volume compreende três capítulos que reúnem estudos sobre a atuação do docente de administração e gestão universitária, possibilitando que o leitor compreenda temáticas voltadas às competências docentes, à utilização de mecanismos para a educação a distância e perspectivas sobre a gestão universitária. Na terceira parte deste volume, são apresentados quatro capítulos que contemplam pesquisas sobre aprendizagem e formação de gestores.

Dessa forma, este quarto volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco no ensino em administração, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre as diferentes percepções dos agentes que atuam no processo de ensino em administração.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO 1 1

CAPACIDADES DINÂMICAS E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÃO MILITAR DE APOIO LOGÍSTICO

Romero de Albuquerque Maranhão
Norberto Stori

DOI 10.22533/at.ed.7871913031

CAPÍTULO 2 18

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Emerson Andrade Gibaut

DOI 10.22533/at.ed.7871913032

CAPÍTULO 3 36

LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-VENDA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA EMPRESA ERICSSON DO BRASIL

Rogério Silveira Dias
Felipe Caleffi
Andreia Bonato da Silva
Faculdades Monteiro Lobato

DOI 10.22533/at.ed.7871913033

CAPÍTULO 4 52

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DE 2010 A 2017

Agleilson Souto Btista
Jorge da Silva Correia Neto
José de Lima Albuquerque
Maria Jaqueline da Silva Mandú

DOI 10.22533/at.ed.7871913034

PARTE II – ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 5 71

ÉTICA CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: DISSONÂNCIA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA EM DOIS PEQUENOS RESTAURANTES ORGÂNICOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Patrícia Sales Patrício
Lígia Maria Ribeiro
Edna Ribeiro Santana
Fabiana Solange de Cristo

DOI 10.22533/at.ed.7871913035

CAPÍTULO 6 82

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PERSPECTIVA DE DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Salvelina Marques Lourenço
Roseilda Nunes Moreira

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.7871913036

CAPÍTULO 7 104

VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E ATITUDES DE CARÁTER AMBIENTAL DOS INDIVÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

Juliana Rabelo Pereira

Eloisa Helena de Souza Cabral

DOI 10.22533/at.ed.7871913037

PARTE III – ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 8 146

ESTRATÉGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ENSAIANDO IDEIAS A PARTIR DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Mônica Mota Tassigny

Flávia Lorene Sampaio Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.7871913038

CAPÍTULO 9 168

COMPETENCES FOR SUSTAINABILITY AND ITS INSTITUTIONALIZATION LEVEL IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Nadiessa Cappellari

Silvio Roberto Stefano

Marcos Roberto Kuhl

Luiz Fernando Lara

DOI 10.22533/at.ed.7871913039

CAPÍTULO 10 186

EDUCAÇÃO CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Jacqueline Rios Fonteles Albuquerque

Artur Gomes de Oliveira

Mônica Mota Tassigny

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.78719130310

SOBRE O ORGANIZADOR..... 210

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Emerson Andrade Gibaut

RESUMO: O planejamento ambiental é um tema que está ligado não somente a vontade das empresas se perpetuarem no mercado, mas da necessidade de sobrevivência da humanidade. Para isto, discutiu-se sobre o desenvolvimento sustentável e analisou-se se as micros e pequenas empresas de produtos alimentícios possuem um planejamento ambiental. A delimitação do tema foi dada, a partir da análise de 28 empresas no centro da cidade de Salvador-Bahia. A pesquisa foi caracterizada como descritiva. Dessa análise surgiram propostas de iniciativas para a sustentabilidade em áreas chaves: energia e clima; águas e ecossistemas; agricultura e alimentação; economia e financiamento do desenvolvimento sustentável; desenvolvimento social; urbanização e cidades; educação para o desenvolvimento sustentável e educação em gestão responsável. A partir desses pontos, o presente artigo tem como objetivo identificar a existência de um planejamento ambiental proposto pelo desenvolvimento sustentável. A pesquisa se justifica socialmente por investigar assunto de repercussão na sociedade. Do ponto de vista científico, contribuiu-se para que novas pesquisas surjam na área de sustentabilidade, ligado a preservação do meio

ambiente e dos recursos escassos disponíveis para a humanidade. No tocante aos meios de investigação, a pesquisa foi do tipo empírica, pois foi realizada nas empresas do centro de Salvador. A pesquisa respondeu à problemática evidenciando que as empresas analisadas já contribuem com o desenvolvimento sustentável, mas de forma aleatória, sem um planejamento ambiental adequado. Verificou-se um nível de adesão informal de 52% das ações propostas na Rio+20. Além disso, constatou-se que os 68% dos microempresários concordaram fortemente sobre a importância do planejamento ambiental para a sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável. Planejamento Ambiental. Micros e Pequenas Empresas.

1 | INTRODUÇÃO

O aumento da temperatura global por conta da emissão de carbono na atmosfera; o desmatamento das florestas para a extração de madeira, para a criação de animais e para a construção de imóveis; a poluição dos rios devido ao direcionamento dos esgotos das residências e indústrias e, por consequência, a redução da quantidade de água potável representam alguns dos problemas gerados por uma política de desenvolvimento que não

se preocupava com as questões ambientais.

Neste cenário, surgiu a preocupação em desenvolver ações que fomentassem o desenvolvimento com responsabilidade ambiental, procurando-se acabar ou mitigar os efeitos maléficos do crescimento global nos ecossistemas terrestres. Emergiu então a necessidade premente do desenvolvimento sustentável, que segundo o Relatório *Brundtland* (1987) é: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

O desenvolvimento sustentável deve se apoiar em três áreas, constituindo um tripé, formado pelo desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e ambiental. Para Fenker e Ferreira (2011), a ciência econômica denomina essa dimensão da sustentabilidade de *Triple Bottom Line*. Diante desse contexto, a discussão sobre desenvolvimento sustentável toma rumos cada vez maiores, a preocupação com o meio ambiente, insere-se não somente na mídia e nos berços escolares, mas na sociedade como um todo. O relatório divulgado no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, IPCC (2013), alerta para influência danosa do homem na elevação da temperatura da Terra nos últimos 50 anos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, teve o objetivo de dar sua contribuição para a sustentabilidade, para isso reuniu chefes de Estados e líderes da sociedade civil de todo o mundo com o intuito de promover e fomentar políticas efetivas que corroborem para a preservação do meio ambiente. Através deste fato, parte-se uma iniciativa das empresas tomarem consciência da sua responsabilidade ativa do processo de preservação do meio ambiente.

Entre essas iniciativas está a inserção da conservação da energia elétrica e da água. Além de propostas para o desenvolvimento sustentável, o compromisso firmado na Rio+20 requer ações efetivas da sociedade, tais como a redução do consumo de água em suas instalações. Dessa forma, é necessário que os pequenos empresários e microempreendedores desenvolvam sua percepção referente à importância da relação das suas vendas com o meio ambiente, o que pode ser elaborado através de programas de instrução profissional.

Os empresários têm uma participação fundamental neste processo de construção de uma sociedade ambientalmente democrática e capaz de lidar com os problemas de poluição, de conservação de energia e preservação do meio ambiente. O senso comum diz que, para gerar o progresso econômico, deve-se afastar dos interesses ambientais e não há conciliação, entretanto, o desenvolvimento sustentável propõe que é possível unificar o progresso econômico e a preservação do meio ambiente.

Ao considerar que as micros e pequenas empresas fazem parte da sociedade, os órgãos ambientais e os microempresários devem minimizar as variáveis negativas do meio ambiente. Para isto, várias relações têm de ser desenvolvidas acerca de desperdício de água e energia, reduções da perda de mercadorias com o devido armazenamento, temperatura, segurança de utilização dos alimentos. Nesse contexto, este artigo buscou responder a seguinte questão: os estabelecimentos alimentícios,

do centro da cidade de Salvador, possuem algum tipo de planejamento ambiental?

O objetivo geral desta pesquisa é identificar a existência de um planejamento ambiental proposto pelo desenvolvimento sustentável. Especificamente buscou identificar quantas, das empresas analisadas, buscam incentivos para investimentos em linhas de produção que minimizem os impactos ambientais. A pesquisa se justifica socialmente por discutir um tema atual e com relevância na vida das pessoas e na continuidade da organização: desenvolvimento sustentável, o qual é *sine qua non* à sociedade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Teoria Institucional como resposta às práticas contábeis

O que determina o caráter institucional da organização é a sua intenção de continuidade, a empresa passa a ter um ativo produzido por valores sociais que é gerado a partir do compromisso dos atores sociais e ambientais. A estrutura organizacional e suas ações são moldadas por forças culturais, políticas e sociais que cercam as entidades. A teoria institucional é usada para dar forma a um pensamento ou ação de algum agente, os quais são incorporados através de hábitos de um grupo ou de costumes dos povos.

A institucionalização seria, portanto, um processo contínuo e desenvolvido no decorrer do tempo, representando os mais diversos interessados na maximização da riqueza pela organização, o melhor relacionamento entre todos que afetam e são afetados pelas ações da organização. A organização, por sua vez, seria uma espécie de instrumento que objetiva satisfazer alguma demanda social, direta ou indiretamente.

Um conceito relevante discutido dentro da teoria institucional é o conceito do isomorfismo. O isomorfismo trata da tendência das empresas de copiarem práticas e costumes de outras, tornando-as semelhantes, podendo se apresentar de três formas distintas: coercitivo, que resulta de pressões políticas e de problemas de legitimidade; mimético, resulta dos padrões de respostas a fim de reduzir as incertezas; normativo, decorre do poder de certas entidades profissionais possuem para regulamentar os arranjos nas estruturas organizacionais. Uma simplificação destes conceitos pode ser explicada da seguinte forma: o coercitivo se caracteriza quando uma empresa mais forte exerce influência sobre as demais; o mimético se caracteriza quando uma empresa adota procedimentos e práticas que já foram desenvolvidas e aprovadas em outras empresas; o normativo é quando o comportamento comum é regido por normas educacionais e profissionais.

A contabilidade representa uma forma de prática institucionalizada dentro das organizações. A demonstração de adesão às expectativas, normas e crenças

valorizadas pela sociedade em geral pode ajudar uma organização a obter o apoio da sociedade, e é a contabilidade a responsável por tornar públicas estas informações. As práticas contábeis são influenciadas pelos ambientes externo e interno da organização institucional e elas devem ser baseadas em decisões realmente racionais e nas crenças das instituições. Assim, as práticas contábeis são ferramentas documentadas que representam a conformidade institucional como meio social.

A partir do desenvolvimento do capitalismo e o seu estágio mais avançado, após a década de 60 do século XX, as organizações começam a perceber que não basta lançar o produto no mercado para que ele seja vendido e reconhecido. Na década de 30, Ford dizia que bastava produzir um automóvel, contanto que fosse preto, para ser vendido. Notoriamente, ironizando o fato de que, simplesmente, ao produzir qualquer tipo de carro, a montadora conseguiria sucesso de vendas. Naquela época, havia mercado consumidor para isto.

Com o advento da tecnologia, a competição industrial ficou mais acirrada, dessa forma, as organizações precisavam não somente da produção, mas de uma propaganda que envolvesse todo o mercado consumidor. Daí desenvolve-se a Teoria Institucional, com o objetivo de se inserir na sociedade de forma a absorver os seus valores, crenças, preferências, pensamentos, ideologias e opiniões.

A partir desta ideia, as empresas começam a pensar que, para ganhar o mercado consumidor, é necessário respeitá-lo, possuir o apreço social, agir como se fosse um parceiro junto ao consumo. Além de fazer com o que a compra de um determinado produto seja essencial, para a sua vida. Mas, por que este fato? As empresas precisam dar continuidade a sua atividade financeira, dessa forma, precisam estar inseridas no mercado de forma a aumentar não somente a sua eficiência, mas a sua respeitabilidade na visão dos principais *stakeholders*: o governo, os acionistas, a sociedade e a mídia.

A mídia existe há muitos séculos, porém, com o aumento da carga de informações, atualizações de dados em tempo real, o uso da internet como veículo de informação e de vendas, o jornal, a mídia televisiva, dentre outros, isto traz um peso significativo para a mídia que é considerada nestes novos tempos como um *stakeholder* importante.

A teoria institucional preconiza que, se as organizações quiserem receber suporte e se percebidas como legítimas, devem se articular em torno de regras e crenças institucionalizadas, isto é, que assumem a condição de regra no pensamento e na ação dos indivíduos e organizações. Seu objetivo é explicar os fenômenos organizacionais por meio do entendimento do como e do por que as estruturas e processos organizacionais tornam-se legitimados.

De acordo com Frezatti et al. (2009) discutem que a teoria institucional considera o papel central exercido pelas instituições no comportamento humano nas atividades sociais. E neste contexto, vale destacar o conceito de instituição que para os autores é um “conjunto de crenças, formas de agir, de regular, de compreender a realidade, que pauta a atividade humana em uma sociedade tal como as leis de um país, o tipo de cultura de uma empresa ou o conjunto de normas existentes em um órgão

governamental”.

A partir deste entendimento pode-se indicar que a contabilidade também assume uma identidade de instituição, devendo ser analisada não sob uma visão tecnicista, mas conjugada com o ambiente de sua atuação. Hopwood et al. (1980) “afirmam que a percepção da contabilidade como prática institucional pode-nos levar a melhor entendimento do papel que ela tem desempenhado nas organizações e das exigências que recairão sobre a profissão no futuro”.

A Teoria Institucional, por exemplo, é um dos que têm contribuído para fornecer explicações para diversas práticas contábeis. Sob esse paradigma, a contabilidade não é tratada como um aparato de caráter eminentemente técnico destinado apenas a subsidiar decisões econômicas. Mais do que isso, é vista como um conjunto de práticas de caráter social e institucional definida em função do sistema cultural e do conjunto de valores sociais prevaletentes em determinado contexto.

A contabilidade utiliza os mecanismos de evidenciação através da visibilidade que elas possuem. A ciência contábil se transforma de acordo com o meio em que se encontra, insere-se como agente preponderante na decisão financeira e utiliza mecanismos de respeito e apreço social através das informações divulgadas. Dias Filho e Machado (2012) destacaram a importância à aplicação de estudos utilizando a teoria institucional para provar ser de valia na análise de sistemas gerenciais. Neste sentido, o quadro a seguir apresentado por Frezatti et al. (2009) mostra algumas possibilidades de aplicação da Teoria Institucional (com destaque para as três vertentes da economia institucional) sobre questões gerenciais da Contabilidade, bem como o foco da análise:

	Nova Economia Institucional	Sociologia Institucional	Velha Economia Institucional
Temática estudada em contabilidade gerencial	Estrutura de governança que reduza o custo de transação	Impacto do ambiente institucional na adoção de novos artefatos de contabilidade gerencial	Institucionalização de práticas de contabilidade gerencial no dia a dia das organizações
Foco	Externo e interno à organização	Foco externo (ambiente institucional)	Foco interno (ambiente organizacional)

É importante salientar que a Teoria Contingencial já tratava a questão do ambiente como sendo relevante para a tomada de decisões das organizações. Entretanto, a Teoria Institucional foca na troca de informações do ambiente, seus respectivos valores culturais e crenças. A abordagem institucional tem como conceito principal o campo organizacional, isto é, o espaço de trocas, não somente práticas e materiais, como culturais e simbólicas. A partir do momento em que o ambiente influencia as práticas de várias organizações nele inseridas, pode-se dizer que existe o isomorfismo corporativo, ou seja, a similaridade de forma e estrutura das organizações com o ambiente.

No que diz respeito ao processo de institucionalização, os valores sociais assumem a condição de regra prática no pensamento e na ação dos indivíduos, que de forma individualizada ou reunidos em grupos. Existem três implicações decorrentes da noção de que “uma estrutura formal pode sinalizar comprometimento com padrões eficientes e racionais de organização e, portanto, atingir “aceitação” social geral”. A primeira implicação é consequência da observação de que os indivíduos, nem sempre, adotam procedimentos contábeis por considerá-lo mais pertinentes para dada situação, mas, sim, podem ser direcionados por uma concepção institucional. Segundo Meyer e Rowan (1977, p. 340, apud Tolbert e Zucker, 198, p. 200):

As organizações são levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos por conceitos racionalizados de trabalho organizacional prevalecente e institucionalizados na sociedade. Organizações que fazem isto aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos.

Acerca desta implicação Tolbert e Zucker (1998) discutem que as adoções de determinadas estruturas sofrem influências externas e não relacionadas como o processo produtivo (interno). Com isso questiona-se a importância das características organizacionais internas como tamanho e tecnologia. A segunda implicação indica que a avaliação social das organizações pode estar pautada na observação das suas estruturas formais ao invés de estar na observação dos resultados referentes ao desempenho da organização em suas atividades.

Quanto a este desempenho, pode-se afirmar que: assim, o sucesso organizacional depende de fatores que vão além da eficiência na coordenação e controle das atividades de produção. Independentemente de sua eficiência produtiva, organizações inseridas em ambientes institucionais altamente elaborados legitimam-se e ganham os recursos necessários à sua sobrevivência se conseguirem tornarem-se isomórficas nos ambientes.

Este pensamento confronta as premissas orientadas pelo mercado que apontam para necessidade de bons desempenhos para a sobrevivência das empresas. A partir da afirmação de Meyer e Rowan as empresas que apresentam baixos desempenhos poderiam manter-se no mercado, ao contrário de levá-las ao fracasso. E, por fim, a terceira implicação de Meyer e Rowan (1977, p.342) refere-se à análise da relação entre as atividades habituais e os comportamentos dos membros da organização e das estruturas formais, que pode ser negligenciada:

Na maior parte das vezes, as organizações formais estão frouxamente agrupadas (...) elementos estruturais estão apenas frouxamente ligados entre si e às atividades, normas são frequentemente violadas, decisões nãoimplementadas, ou, se implementadas, têm consequência incertas, tecnologias são de eficiência problemática, e sistemas de avaliação e inspeção são subvertidos ou tornados tão vagos de modo a garantir pouca coordenação.

Essa implicação sugere uma relação entre as estruturas formais assumidas pelas organizações e os comportamentos adotados pela organização. O sucesso organizacional depende de outros fatores que não só a eficiência na coordenação e controle das atividades de produção depende da escolha e incorporação de mecanismos institucionalizados, ainda que não cheguem a funcionar como se espera. A escolha desses mecanismos pode estar relacionada a influências externas, tais como mudanças na legislação e a evolução das normas sociais. Os referidos autores afirmam que organizações inseridas em ambientes altamente institucionalizados, legitimam-se e ganham os recursos necessários a sua sobrevivência se conseguirem ser isomórficas no ambiente. O processo de institucionalização apresenta-se como um processo central na criação e perpetuação de grupos sociais duradouros.

2.2 As competências para o Desenvolvimento Sustentável

Segundo o Relatório *Brundtland* (1987) o desenvolvimento sustentável tem o objetivo de atender as demandas atuais da sociedade sem comprometer as gerações futuras, baseando-se em ações conjuntas nas dimensões econômica, social e ambiental que, juntas, formam o chamado tripé da sustentabilidade. Foi Elkington (1994) o primeiro autor a apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável através da integração das três dimensões: social, ambiental e econômica, denominando-o de *Triple Bottom Line* (TBL).

A partir desses estudos reconheceu-se que o desenvolvimento da sociedade deveria ser pensando não só pelo lado econômico, mas também os seus reflexos na seara social e ambiental. Contrapondo-se a uma parte dos pensadores econômicos clássicos do século passado que não se importava com os resultados danosos de suas políticas na sociedade e no meio ambiente. Por conta desse tipo de pensamento econômico, durante o século XX, as ações para o desenvolvimento mundial se propagaram sem qualquer preocupação social ou ambiental, desassociando-se a relevância das ações econômicas das empresas para o ecossistema e para o bem-estar do ser humano.

Fenker e Ferreira (2011 p.5) estudaram os fundamentos teóricos do conceito de sustentabilidade, eles apontaram que o princípio da racionalidade econômica, oriunda da economia clássica e neoclássica, defende que “o objetivo das empresas é a obtenção e maximização do lucro e criação de valor para os investidores e cadeias de valor econômico”. Os autores enfatizam que para essa linha teórica a responsabilidade pelas questões ambientais e sociais ficaria a cargo exclusivo do Estado.

Ferreira (1992, p.16 *apud* BARONI, 2013, p. 7) explica que: “Desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não os degradar ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras. Implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua

o acesso a eles pelas gerações futuras”.

Os reflexos negativos oriundos das ações econômicas clássicas e neoclássicas, política de lucro a qualquer custo, onde as questões ambientais e sociais são renegadas ao segundo plano e começaram a emergir com mais relevância após a publicação de alguns importantes estudos. Trabalhos de importância começaram a alertar para o perigo do conflito danoso entre as questões ambientais e econômicas, destaca-se inicialmente o estudo apresentado pelo relatório do clube de Roma (1968). Para este trabalho, o planeta não suportaria as pressões impostas pelo ritmo e pela forma do crescimento populacional, que inevitavelmente levaria o mundo a escassez dos recursos naturais.

Alguns anos depois, outro alerta foi dado pelo estudo *Limits to Growth* (1972), que chamou a atenção para o perigo de uma crise mundial devido ao desordenado crescimento econômico e populacional, baseada em uma política de extração de recursos naturais finitos. As previsões e alertas desse trabalho foram confirmadas por Tuner (2008) que apresentou um novo trabalho que demonstrou que as previsões de *Limits to Growth* (1972) eram coerentes e verdadeiras.

Outro alerta partiu de BURSZTYN (1993) “O crescimento econômico não deve, entretanto, ser aquele que conhecemos há décadas, que externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica”. A externalidade é o efeito de duas partes, uma sobre a outra, que não consentiu ou não participou da transação (Moore, 2008). A origem da externalidade está em transferir a responsabilidade do problema para a sociedade, outras empresas ou para o governo, algo que a própria empresa criou. Acaba-se vivendo em uma sociedade onde as pessoas se orientam pela razão, em busca incessante do racional, mas agindo irracionalmente. Os profissionais que atuam diretamente com as decisões da empresa deixam, portanto, de pensar no macro sem pensar nas consequências e limites de exploração dos recursos naturais.

O desafio do desenvolvimento sustentável é abandonar o pensamento econômico clássico que só se preocupa com o lucro da empresa, para dar maior importância e consideração às questões ambientais e sociais, incluindo as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Contudo, deve-se estar ciente que existe um problema que é a dificuldade imposta pelo ensino atual que impede o conhecimento complexo das ciências.

A necessidade de ações efetivas e imediatas em prol do desenvolvimento sustentável é de responsabilidade de toda a sociedade:

Porém, embora estejam associados a responsabilidades de competência do governo e das empresas, os indivíduos também devem assumir sua responsabilidade neste contexto, principalmente relacionada ao consumismo exagerado e à economia de energia e água. (CARVALHO, 2011, p.30).

2.3 Compromisso com a Sustentabilidade na Rio+20

A utilização dos recursos naturais está intrinsecamente ligada aos interesses financeiros. A compreensão do meio ambiente está além das conservações, preservações e conscientização, é uma forma de disputa de interesses. Isto promove uma ideia de perpetuação das espécies, mas, de forma camuflada, existe um jogo entre as empresas que maximizam seus lucros sem levar em conta a maioria da população.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, reuniu chefes de Estados e líderes da sociedade civil de todo o mundo, na ocasião debateram sobre seus compromissos com o desenvolvimento sustentável do planeta.

A assembleia geral da Rio+20 (2012) produziu e aprovou o documento final da conferência, chamado de “O Futuro que Queremos”, que logo da leitura do seu parágrafo I, pode-se observar qual o principal resultado desse encontro:

Renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e a promoção de um futuro sustentável economicamente, socialmente e ambientalmente para o nosso planeta e para o presente e o futuro. (Rio+20 (2012, p. 1, tradução livre)

O documento final da conferência não chegou a fixar nenhuma meta impositiva ou quantitativa para, por exemplo, reduzir o consumo da água ou minimizar os efeitos da emissão de gases tóxicos na atmosfera, preferiu-se apenas renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável, sem quantificá-lo ou qualificá-lo.

Apesar disso o documento apontou para alguns caminhos que governo e sociedades civis possam trilhar rumo a um futuro sustentável, esses caminhos foram apresentados em forma de recomendações de iniciativas a serem seguidas.

As iniciativas propostas pela Rio+20 em seu documento final se dividem em dois blocos, o primeiro é a Adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, já o segundo é composta pela Adoção de práticas empresariais em áreas chave da sustentabilidade, a qual se subdivide em iniciativas nas seguintes subáreas:

- 1) Energia e clima;
- 2) Águas e ecossistemas;
- 3) Agricultura e alimentação;
- 4) Economia e financiamento do desenvolvimento sustentável,
- 5) Desenvolvimento social;
- 6) Urbanização e cidades;
- 7) Educação para o desenvolvimento sustentável e educação em gestão responsável.

O planejamento ambiental tem de estar a serviço não somente de desenvolvimento

de ações que preservem o meio ambiente, mas de soluções que concedam o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Considera-se utópico pensar que a conscientização apenas reverteria o quadro atual de descaso com o meio ambiente. Precisa-se de ação, sendo que esta deve perpassar por um conjunto de estratégias que visam à participação social ativa, das empresas e dos cidadãos e a contabilidade não pode ser coadjuvante neste processo.

A proposta de conservação do meio ambiente é inviável no ramo empresarial, pois, ao produzir a probabilidade de não atingir o meio, é mínima. Assim, propõem-se medidas que permitam minimizar o impacto ambiental e sugerir alternativas de energias renováveis, além de pequenos cuidados que evitem o gasto desnecessário dos recursos naturais.

As iniciativas para a educação para o desenvolvimento sustentável devem partir de toda a sociedade, não é dever exclusivo do Estado ou das empresas. Pensa-se que a questão ambiental bloqueia a geração de lucros, pois, trata-se de uma questão incômoda às empresas. Percebe-se que, ao longo dos anos, com a intensidade nas discussões sobre o meio ambiente, as empresas viram nisto, uma oportunidade de destaque e de demonstrar a política ambiental. Não se pode negar que existem empresas politicamente corretas, que se preocupam com o impacto socioambiental causado.

Existem empresas que utilizam o planejamento ambiental como forma de transparência na gestão e observam nisto uma oportunidade de crescimento, visibilidade e marketing, para levar vantagem sobre o concorrente, à chamada vantagem competitiva. As empresas procuram melhorar a sua eficiência perante os recursos visando um menor impacto ao meio ambiente. Para isto, é imprescindível a aplicação de um planejamento ambiental, para criar alternativas à geração de produtos biodegradáveis e conservação ambiental.

A responsabilidade ambiental das empresas passou a ser não somente uma exigência dos *stakeholders*, mas uma forma de se estabelecer no mercado. Pode-se sugerir que é um equívoco pensar que ao gerar o desenvolvimento sustentável, a empresa esteja perdendo recursos financeiros. Pelo contrário, a busca incessante pela sustentabilidade e o seu planejamento, faz com que as empresas tomem medidas que contribuam para a diminuição de seus custos, além de obter uma visibilidade reconhecida pela maioria dos *stakeholders*.

Os compromissos com práticas sustentáveis na Rio+20 engloba as seguintes ações chaves (dados da Rio +20):

- Fazer a transição para economias mais verdes e ao mesmo tempo focar na erradicação da pobreza.
- Proteger nossos oceanos da sobrepesca, da destruição dos ecossistemas marinhos e dos efeitos adversos das mudanças climáticas.
- Tornar nossas cidades mais habitáveis e mais eficientes.

- Apoiar os esforços de sustentabilidade nas comunidades em que residimos, trabalhando com as autoridades locais e a sociedade civil para promover comunidades mais habitáveis, com recursos eficientes que são socialmente inclusivas e com baixa pegada de carbono.
- Ampliar o uso dos recursos de energias renováveis que possam de fato diminuir as emissões de carbono, bem como a poluição interior e exterior, promovendo o crescimento econômico.
- Gerenciar as florestas de uma maneira melhor para fornecer uma ampla série de benefícios. Reduzir o desmatamento pela metade até 2030 pode evitar um prejuízo de 3,7 trilhões de dólares em danos causados por emissões de gases de efeito estufa – isto sem contar o valor do trabalho e renda, a biodiversidade, a água limpa e os medicamentos provenientes das florestas.
- Melhorar a maneira como conservamos e administramos nossos recursos hídricos, para promover o desenvolvimento e a proteção contra a desertificação.

Para aderir a esse compromisso a empresa deve seguir um projeto de sustentabilidade proposto pela ONU. Esse projeto deve conter metas, objetivos, formas de controle e de divulgação. As empresas que cumprirem com essas exigências receberão um certificado oficial de membro participante após sua adesão.

As iniciativas da ONU passam pelo apoio às seguintes ações: incentivo a economias mais verdes; erradicação da pobreza; proteger os mares e oceanos; tornar as cidades mais habitáveis; ampliar o uso de energias renováveis; gerenciar as florestas; reduzir o desmatamento; administrar de forma mais eficiente os recursos hídricos.

O compromisso de efetivar estas propostas contribui para um mundo mais salutar e com uma sociedade que zele por interesses coletivos. É perceptível que o começo desta nova era, para ações inclusivas, de responsabilidade e de sustentabilidade, passam necessariamente pela eficiência e eficácia do sistema educacional. Por isto, a ONU possui um papel decisivo na percepção de agir em prol de um planeta humanamente sustentável.

2.4 As Propostas de sustentabilidade na Rio+20 para as empresas

O compromisso assinado na Rio+20 (2012) pelas empresas resolveu dividir o compromisso com práticas sustentáveis em dez ações chaves: 1) Buscar sempre o resultado econômico sustentável; 2) Atuar nos nossos processos produtivos e nas nossas cadeias de valor (fornecedores e clientes); 3) Reforçar nosso investimento em inovação e tecnologia de forma a introduzir novas soluções em processos; 4) Fortalecer o papel do consumidor e a importâncias das suas escolhas de consumo considerando todo o ciclo de vida dos produtos e serviços; 5) Direcionar nossos investimentos

sociais ao fortalecimento de inclusão social, educação e diversidade cultural; 6) Reforçar o cuidado com os nossos relacionamentos; 7) Definir metas concretas para os aspectos mais relevantes da contribuição de cada um dos nossos negócios para o desenvolvimento sustentável; 8) Promover a difusão do conhecimento, respeitando a propriedade intelectual; 9) Contribuir nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, economia verde e inclusiva; 10) Influenciar e apoiar as decisões e políticas do governo brasileiro que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Apesar de não haver uma mensuração exata, percebe-se a crescente produção de estudos publicados sobre a sustentabilidade como foco na área Contábil, que têm contribuído para o incentivo à pesquisa nessa área. Uma referência para área foi o trabalho de Carvalho (2011), que explana sobre o “princípio de desenvolvimento sustentável”:

Este princípio tem como ideia central harmonizar a coexistência entre o meio ambiente e a atividade econômica. Porém, embora estejam associados a responsabilidades de competência do governo e das empresas, os indivíduos também devem assumir sua responsabilidade neste contexto, principalmente relacionada ao consumismo exagerado e à economia de energia e água. (CARVALHO, 2011, p.30).

Ressalta-se também a contribuição de (GOMES e GARCIA 2013) na inovadora área da controladoria ambiental:

É preciso que as empresas adotem boas práticas ambientais e sociais, incorporando em suas estratégias os conceitos de sustentabilidade social, ambiental e econômica (*triple bottom line*). As empresas e seus *controllers* devem incorporar o tema responsabilidade social as suas atividades para contribuir com a preservação do meio ambiente e erradicação da pobreza no mundo. (GOMES e GARCIA, 2013).

O compromisso da Rio+20 busca incentivar que as empresas tomem ações efetivas para a redução dos danos ambientais, por isso o documento quer chamar a atenção que não basta ensinar o que deve ser feito, é necessário também contribuir efetivamente com a sustentabilidade. A implementação de um programa de coleta seletiva de lixo nas instalações das empresas seria, por exemplo, uma contribuição efetiva com o compromisso com as práticas sustentáveis.

As outras duas ações propostas “apoiar os esforços de sustentabilidade nas comunidades em que residimos” e “comprometer-se com resultados e ações por meio de estruturas internacionais” requer das empresas uma participação exógena, sendo necessário que os seus membros, dirigentes, proprietários e colaboradores, participem e apoiem iniciativas para o desenvolvimento sustentável originárias da sociedade.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo por base VERGARA (2011) a pesquisa do presente artigo é classificada quanto aos fins em descritiva, pois buscará revelar características de uma determinada população. Já quanto aos meios de investigação foi do tipo pesquisa empírica, pois será realizada nas empresas do centro da cidade de Salvador-Bahia.

Para responder os problemas propostos nesse artigo, foi elaborado um questionário para ser respondido pelos proprietários das micro e pequenas empresas do centro de Salvador. O questionário possui 13 quesitos do tipo afirmativo ou negativo. O primeiro quesito verificou a adesão (ou não) da entidade ao compromisso com práticas sustentáveis proposto na Rio+20, essa adesão será chamada nesse trabalho de “ação formal para o desenvolvimento sustentável”.

As questões verificarão quais ações para o desenvolvimento sustentável as entidades desenvolvem independentemente da adesão ao compromisso formal com a ONU. As ações que fazem parte dessas questões foram retidas do compromisso assinado na Rio+20 (2012). Nesse trabalho titula-se de “ações efetivas para o desenvolvimento sustentável”.

O segundo questionário, do tipo *Likert* com escalas de 5 pontos, busca identificar qual a opinião dos proprietários sobre a importância da “ação formal para o desenvolvimento sustentável” e sobre as “ações efetivas para o desenvolvimento sustentável”. O questionário teve por base o seguinte quadro:

Nº	AÇÃO FORMAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
0	Adesão aos compromissos com práticas sustentáveis propostos na Rio+20.

Quadro 1

Fonte: Elaboração própria

Nº	AÇÕES EFETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
1	Apoiar o desenvolvimento sustentável em todas as ações.
2	Oferecer produtos em embalagens biodegradáveis.
3	Disponer de uma cartilha de incentivo ao desenvolvimento sustentável.
4	Oferecer treinamento sobre desenvolvimento sustentável para seus colaboradores.
5	Oferecer treinamento sobre desenvolvimento sustentável para os seus fornecedores.
6	Oferecer lixeira com coleta seletiva.
7	Incentivar os esforços de sustentabilidade na comunidade.
8	Reduzir o consumo de energia, água e material nas suas instalações.
9	Adotar práticas sustentáveis em compras nas cadeias de fornecimento.
10	Fornecer opções de venda de produtos com marca sustentável.
11	Disponer de programa para a minimização de resíduos, reciclagem e reutilização.
12	Incentivar estilos de vida mais sustentáveis.

Quadro 2

Fonte: Elaboração própria

A população do estudo foi representada pelas 28 empresas do centro da cidade de Salvador que participaram do questionário (2014), escolhidas aleatoriamente. Pode-se deixar registrado que nem toda a empresa que se sugeriu responder ao questionário se dispôs a cumprir um papel importante para contribuição da pesquisa e desenvolvimento da ciência. O questionário foi aplicado de forma presencial, mas nem todas as empresas aceitaram a aplicação do questionário, conforme supracitado.

4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise foi realizada utilizando-se as informações obtidas nos questionários. Foi selecionada uma amostra de 28 empresas de venda de produtos alimentícios no centro da cidade de Salvador-Bahia. O Universo é desconhecido, pois, há uma população grande e muitas empresas atuam no segmento de produtos alimentícios, mas não se caracterizam desta forma, são similares.

Neste sentido, buscou-se somente a abordagem da pesquisa com bares, lanchonetes e restaurantes. A extração da amostra foi na forma aleatória. A tabela 1 apresenta de forma segregada por Estado o quantitativo e representatividade da amostra selecionada. A amostra é significativa e representa 68% do total da população.

CIDADE – UF	POPULAÇÃO	AMOSTRA	% AMOSTRA
Salvador-Bahia	Desconhecida	28	100%
Total		Indeterminado	Indeterminado

Tabela 1 – Distribuição da amostra das microempresas

Fonte: Elaboração própria, 2016. Com base nos dados da pesquisa.

A tabela 2 representa a quantidade de empresas na cidade de Salvador-Bahia, que aderiram formalmente ao compromisso com práticas sustentáveis proposto na Rio+20, segundo a resposta dos proprietários das empresas, mais metade das entidades aderiram a esse compromisso. Essa informação deve ser analisada com certa restrição, pois não se buscou comprovar junto a elaboração formal de um planejamento ambiental como forma de adesão.

ACÇÃO FORMAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	Quantidade	%
Aderiram formalmente aos compromissos	17	60
Não Aderiram formalmente aos compromissos	11	40
TOTAL		

Tabela 2 – Adesão das microempresas ao compromisso proposto na Rio+20

Fonte: Elaboração própria, 2016. Com base na pesquisa.

A pesquisa verificou em 28 empresas se, 12 das ações efetivas para o desenvolvimento sustentável, constante no compromisso da Rio+20, estão sendo praticadas nessas intuições, logo no total verificou-se 336 ações (12 ações vezes 28 empresas). O resultado mostrou que dessas possíveis 336 ações, as empresas analisadas estão praticando 214 delas, representando um percentual de adesão informal de 63%.

AÇÕES	EFETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
	Quantidade	%
Não	122	37
Sim	214	63
TOTAL	336	100

Tabela 3 – Ações efetivas das microempresas com base nas iniciativas propostas na Rio+20

Fonte: Elaboração própria, 2016. Com base na pesquisa.

Já a tabela 4 demonstra o percentual de adesão por ação individual. Constatou se que as 82% das micro e pequenas empresas, dentre as analisadas, têm incentivado reduzir o consumo de energia, água e material nas suas instalações (ação 8). Outras ações praticadas pela maioria das empresas são: oferecer lixeira com coleta seletiva (ação 6), com um percentual total de 76%; e dispor de programa para a minimização de resíduos, reciclagem e reutilização (ação 11), com 74%.

	AÇÕES EFETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Não	74	38	88	68	71	24	39	18	62	74	26	59
Sim	26	62	12	32	29	76	61	82	38	26	74	41
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 4 – Ações efetivas das empresas com base no questionário (dados em percentual)

Fonte: Elaboração própria, 2016.

A tabela 5 demonstra que 68% dos proprietários concordaram muito sobre a importância à adesão formal ao compromisso com práticas sustentáveis proposto na Rio+20, nenhum deles discordou da importância dessa iniciativa.

	AÇÃO FORMAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Discordo muito	0%
Discordo um pouco	0%
Não discordo e nem concordo	6%

Concordo um pouco	26%
Concordo muito	68%
TOTAL	

Tabela 5 – Importância da adesão às propostas da Rio+20 para os micro e/ou pequenos empresários

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No que se refere à importância das ações para as empresas, a ação 8 mereceu destaque. Isto é perceptível, porque demonstra uma possível mudança de consciência ambiental ao diminuir o desperdício com os recursos naturais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tratou o compromisso com o desenvolvimento sustentável através do enfoque do planejamento ambiental, frente a uma análise das empresas de produtos alimentícios do centro da capital baiana. Trouxe como discussões as ações efetivas dessas entidades no estado da Bahia em prol da sustentabilidade, bem como o que pensam seus proprietários sobre o referido tema. Para a geração dos resultados, aplicaram-se questionários.

A pesquisa respondeu a problemática ao evidenciar que as empresas analisadas já contribuem com o desenvolvimento sustentável do planeta, pois se verificou um nível de adesão informal de 52% das ações propostas. Bem como se constatou que 68% dos proprietários concordaram fortemente sobre a importância de aderirem ao compromisso para a sustentabilidade.

Foram analisadas 28 entidades privadas de produtos alimentícios, como bares, lanchonetes e restaurantes, nesta análise, mais de 60% das empresas concordam com uma política mais séria voltada ao desenvolvimento sustentável. O que demonstra a importância do tema para essas empresas. O contraponto na visão dos proprietários foi a ação 2, porque ganhou o menor escore no que se refere a importância das ações, ficando com 38% para “discordo muito”.

Isto tem uma possível relação com o custo dos comerciantes em manter a utilização de embalagens biodegradáveis. O planejamento ambiental é fundamental para a teoria e prática contábil, entretanto, há espaço para que as discussões se intensifiquem na construção do desenvolvimento sustentável. Este impacto causado vai além da transmissão de conhecimentos que contribuam para a formação de uma sociedade mais sustentável. Ele gera um desempenho e aprimoramento para a aplicação das ações coercitivas através da intervenção na sociedade. É evidente que o profissional de Contabilidade que possua conhecimentos capazes de se inserir possa contribuir para transformar o meio ambiente e favorecer para que as pessoas que absorvam estes conhecimentos também interfiram de forma positiva para a transformação *triple bottom line*.

As ações que atingiram o maior percentual de importância para os micros e pequenos empresários foram: oferecer lixeira com coleta seletiva (ação 6); reduzir o consumo de energia, água e materiais de suas instalações (ação 8); e dispor de programa para a minimização de resíduos, reciclagem e reutilização (ação 11). Isto demonstra que há uma conscientização pela maioria dos micro e pequenos empresários, o que possivelmente foi transmitido pela mídia em suas mais diversas fontes.

Sugere-se para os próximos trabalhos que busquem investigar os resultados das ações para a sustentabilidade praticadas e o impacto do planejamento ambiental pelas empresas de outros setores, além da percepção dessas ações perante a sociedade. Outra abordagem também seria a aplicação desta pesquisa nos meios acadêmicos, sobre o que pensam os estudantes de Ciências Contábeis sobre o referido tema.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN M. (organizador). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. (1993). Disponível em: http://areapublica.confex.org.br/arvore_hiperbolica/arvores/pto/biblioteca/ppds.pdf#page=25

CARVALHO, Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. 3ª reimpr. Curitiba: Juará, 2011.

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosure by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**. Vol. 9. p. 50 – 67. 1996.

DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique Baptista. **Abordagens da Pesquisa em Contabilidade**. In IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexandre Broedel. Teoria Avançada da Contabilidade. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ELKINGTON J. **Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development**. (1994) .California Management Review, V. 36 (2), pp. 90-100. _____
Enter the Triple Bottom Line. (2004). Disponível em: <http://johnelkington.com/TBL-elkington-capter.pdf>.

FENKKER, E. A. e Ferreira, E. **Sustentabilidade: Economia e Ecologia Sustentáveis?** (2011). Anpad 2011.

FERREIRA, Aracéli Critina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREZATTI, et al. **Teorias organizacionais no controle gerencial**. In FREZATTI, et al. Controle Gerencial: Uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

FRIEDMAN, M. **The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits**, (1970). The New York Times Magazine September 13, 1970.

GOMES, Sônia Maria da Silva.; GARCIA, Cláudio Osnei. **Controladoria Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2013.

HOPWOOD, Antony G.; MILLER, Peter (Org.). **Accounting as social and institutional**

practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Sumário para os Formuladores de Políticas**, set./2013. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/ipccreports/index.htm>>.

MORIN, E. **Educar na Era Planetária – O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana.** (2003). Tradução de Sandra Trabucco Venezuela. Editora Cortez. São Paulo. 2003

ONU – **Site de consulta que faz parte do compromisso firmado na Rio+20.** (2013) <http://rio20.euromed-management.com/roll-of-commitments-2/#Brazil>

PEREIRA, L. C. J. +. **Incorporando Sustentabilidade na Análise de Crédito.** (2012). Anpad 2012.

RELATÓRIO Brundtland – **Nosso futuro comum.** Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991, 2 edição.

RIO+20. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: **Documento final “O Futuro que queremos”.** (2012).

RIO+20. **Empresas brasileiras assinam carta de compromisso com desenvolvimento sustentável.** <http://www.webioenergias.com.br/noticias/economia-verde/1544/rio+20:empresas-brasileiras-assinam-carta-de-compromisso-comdesenvolvimento-sustentavel.html>

RIO+20. **Apresenta 705 compromissos voluntários para o Desenvolvimento Sustentável.** <http://www.onu.org.br/rio20/rio20-apresenta-705-compromissos-voluntarios-paraodesenvolvimento-sustentavel/>

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. **A Institucionalização da Teoria Institucional.** Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998.

TURNER, G. **A comparison of the limits to growth with thirty years of reality.** (2008). Disponível em <http://www.csiro.au/files/files/plje.pdf>

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-178-7

